



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO NORTE DO  
PARANÁ - CAMPUS DE CORNÉLIO PROCÓPIO**

**IVONE APARECIDA DOS SANTOS**

**EDUCAÇÃO PARA A DIVERSIDADE:  
uma prática a ser construída na Educação Básica**

**CORNÉLIO PROCÓPIO, PARANÁ**

**2008**

**IVONE APARECIDA DOS SANTOS**

**DIVERSIDADE NA EDUCAÇÃO:  
uma prática a ser construída na Educação Básica**

Produção Didático-Pedagógica – Caderno Temático  
– apresentado ao Programa de Desenvolvimento  
Educativo do Estado do Paraná – PDE, sob a  
orientação da Professora Marliete Cristina Bonafini  
Stainle

**CORNÉLIO PROCÓPIO, PARANÁ**

**2008**

## SUMÁRIO

<b>1 IDENTIFICAÇÃO.....</b>	<b>3</b>
1.1 ÁREA.....	3
1.2 PROFESSORA PDE.....	3
1.3 PROFESSORA ORIENTADORA – IES.....	3
1.4 TÍTULO DO CADERNO TEMÁTICO.....	3
<b>2 APRESENTAÇÃO.....</b>	<b>4</b>
<b>3 EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA.....</b>	<b>7</b>
<b>4 DESAFIOS DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ATUAL.....</b>	<b>9</b>
<b>5 DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO PARA TODOS.....</b>	<b>13</b>
<b>6 INCLUSÃO.....</b>	<b>17</b>
<b>7 ALGUMAS DIVERSIDADES NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA.....</b>	<b>21</b>
7.1 DiversidadeS ReligiosaS.....	21
7.2 DiversidadeS de Gênero.....	23
7.3 Diversidade do campo.....	25
7.4 Alunos com Necessidades Educacionais Especiais.....	27
7.5 Diversidade Étnico-Racial e Cultura Afro-brasileira e Africana	29
7.6 Diversidade Sócio-Econômica e Cultural.....	31
7.7 Diversidade Indígena.....	32
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>35</b>
<b>REFERÊNCIAS</b>	

## **1. IDENTIFICAÇÃO**

1.1 ÁREA:

Pedagogia

1.2 PROFESSORA PDE:

Ivone Aparecida dos Santos

1.3 PROFESSORA ORIENTADORA – IES:

Marlizete Cristina Bonafini Stainle

1.4 TÍTULO DO CADERNO TEMÁTICO:

Educação para a diversidade: uma prática a ser construída na Educação Básica

## APRESENTAÇÃO

Imagem disponível em [www.diaadiaeducacao.gov.br/banco\\_de\\_imagens/filosofia/diversidade\\_cultural\\_povos](http://www.diaadiaeducacao.gov.br/banco_de_imagens/filosofia/diversidade_cultural_povos). Acesso: 09/12/2008.

“Temos o direito de ser iguais  
sempre que as diferenças nos inferiorizem,  
temos o direito de ser diferentes  
sempre que a igualdade nos descaracterize”.

**Boaventura Santos**

Esta unidade temática constitui-se num instrumento de reflexão para aos professores da Educação Básica, acerca dos desafios postos pela sociedade contemporânea, principalmente no que diz respeito à diversidade humana e ao pluralismo cultural, pois, acredita-se que a reflexão sobre a diversidade, seja o ponto de partida da nossa caminhada rumo a transformações conceituais e práticas da escola, a fim de garantir educação para todos, por meio de aprendizagens efetivas que garantam a permanência do aluno e, conseqüentemente, seu sucesso escolar.

É sabido a todos que a diversidade humana está posta desde os primórdios da humanidade, mas, apenas a partir do final do século XX é que a sociedade se dá conta desta especificidade, declarando que os seres humanos não são iguais. Neste contexto, pode-se afirmar que a comunidade escolar é composta por alunos de diferentes grupos sociais, políticos, econômicos, étnicos, religiosos, etc. No entanto, a escola vem demonstrando grande dificuldade para atender esta diversidade humana, uma vez que, ainda conserva concepções e práticas pautadas em tendências pedagógicas que acreditam no processo de aprendizagem homogeneizado, desconsiderando, a diversidade, ou seja, as diferenças.

Segundo Carvalho (2002, p. 70),

“Pensar em respostas educativas da escola é pensar em sua responsabilidade para garantir o processo de aprendizagem para todos os alunos, respeitando-os em suas múltiplas diferenças.”

Corroborando com Carvalho, Araújo (1998, p.44) diz:

“[...] a escola precisa abandonar um modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais.”

Reconhecendo a importância e relevância da temática em discussão, o presente texto acredita ser fundamental levar o professor a refletir que vivemos em um mundo de diversidades, onde a individualidade humana deve ser respeitada, reconhecida e aceita, uma vez que, comprovadamente somos diferentes uns dos outros, o que faz com que todos nós tenhamos capacidades e limitações para aprender. Neste contexto, cabe ao professor reconhecer seu papel de mediador de aprendizagens, para todos os alunos, devendo ser esta mediação desprovida de preconceito, estigma e exclusão.

Nesse sentido, Amaral (1998), ressalta que a educação precisa prestar um bom serviço à comunidade, buscando atender as especificidades dos alunos que chegam à escola, cabendo à educação adequar-se às necessidades dos alunos e não os alunos às necessidades e limitações escola.

Vale destacar que não é nosso objetivo, transformar a escola em um serviço de assistência social, desconsiderando seu papel de promotora de novos conhecimentos necessários ao exercício de cidadania consciente, uma vez que sua função é capacitar o aluno para ser um agente transformador da sua realidade social. Mas, queremos enfatizar que o direito de emancipação humana é de todos, devendo a escola e os seus professores, buscar alternativas diferenciadas para atingir seus diferentes grupos de acadêmicos, evitando desta forma, a exclusão e, conseqüentemente, a discriminação.

Acredita-se, portanto, ser necessário oferecer subsídios aos professores para auxiliá-los na condução de sua prática pedagógica inclusiva, deste modo, o presente texto tem por objetivo re-significar o pensar e o agir do professor, frente ao processo de ensino e aprendizagem no contexto de uma escola aberta às diferenças, levando-os à prática da ação-reflexão-ação.

Esta unidade pedagógica está organizada de forma que leve o leitor a interar-se de uma breve visão da educação contemporânea, conhecer os atuais desafios da profissão docente, compreender o conceito de diversidade e educação para todos, bem como o conceito de inclusão; reconhecer os princípios norteadores de uma educação inclusiva, além de apresentar e caracterizar o universo da diversidade, bem como, apresentar caminhos que anunciam uma ação docente que colabora efetivamente com a construção

de uma escola pública sem preconceitos e exclusões.



### 3 EDUCAÇÃO CONTEMPORÂNEA

A sociedade contemporânea vem sofrendo muitas interferências políticas, econômicas, sociais, tecnológicas, fazendo com que mudanças também ocorram dentro das escolas, uma vez que o ensino precisa compreender quais são os conhecimentos necessários para capacitar o aluno e torná-lo agente de transformação social. Deste modo, é importante ressaltar que a escola não é a única detentora de saber, visto que os meios de comunicação de massa e as tecnologias estão muito presentes na atualidade.

Pensando sobre esta nova realidade escolar Heerdt (2003, p. 69) diz, “o grande desafio, sem dúvida, não é o de estar ciente destas transformações, mas sim integrá-las e contemplá-las no trabalho educacional.” Assim, a escola precisa promover um resgate da sua função de promotora de novos conhecimentos, buscando refletir criticamente sobre as ações e condutas cotidianas, tendo em vista desenvolver novas formas de atuar na educação que promova o sucesso do aluno.

Ao adentrar este universo da ação-reflexão-ação, é necessário que a equipe escolar busque respostas para os seguintes questionamentos acerca do currículo: Qual é a concepção de mundo, de homem, de sociedade, de conhecimento, de ensino e de aprendizagem que o nosso currículo possui? Buscar respostas para estas indagações demonstra que a comunidade escolar visualiza o currículo como uma ferramenta que ajuda o professor a mediar a aquisição de novos conhecimentos, principalmente quando reconhece o valor dos conhecimentos prévios dos alunos – conhecimento real, e compromete-se em levar o aluno a adquirir o conhecimento científico – conhecimento ideal, ao considerar o currículo como dinâmico, transformador e articulado com a prática social.

Na atual instituição educacional não se admite mais currículos que não sejam críticos, que desafiem os alunos, que os levem a pensar, a refletir, a buscar, a se tornar pessoas ativas no processo de construção de novas aprendizagens, cujo objetivo dever ser capacitar os alunos a sua emancipação cultural e assim, não serem pessoas passivas e submissas frente a uma situação imposta pela sociedade.

Na Educação Contemporânea é necessário que a escola preocupe-se com o desenvolvimento de um sistema de ensino interconectado com os problemas da sociedade atual, abolindo a velha estruturação um ensino fragmentado e descontextualizado da realidade.

Vale destacar que o professor e a escola na educação contemporânea, possuem um papel fundamental, o de levarem os alunos a desenvolverem a sua capacidade crítica para analisarem as informações que recebem e assim, desenvolverem o seu senso crítico. Neste contexto, o processo de aprendizagem na educação contemporânea é vista numa perspectiva globalizante[1] e multidimensional, tendo o foco da educação voltado para o aluno, uma vez que o processo educativo leva em conta as suas peculiaridades, considerando-o integralmente.

Deste modo, reconhece-se que o aluno do século XXI precisa desenvolver-se de forma global, assim, o processo de ensino e aprendizagem não poderá acontecer por áreas de desenvolvimento, mas, sim, de forma que contemple os aspectos cognitivos, afetivo, sociocultural e da comunicação, indissociáveis, já que as fontes de informação, de

solução de problemas, de investigação e de crítica não são adquiridas apenas nas experiências escolares, mas, principalmente, da interação do sujeito com o ambiente, com as experiências de vida e com a sua cultura.

A construção do conhecimento na Educação Contemporânea deve ocorrer coletivamente e estar voltada para questões que contemplem as diferenças, ou seja, a diversidade humana que compõe a escola, sendo necessário para isso, incluir questões a serem discutidas e/ou refletidas tais como: etnia, raça, gênero, classe, sexo, entre outras, valorizando todo o conhecimento que os diferentes grupos trazem para a sala de aula, enriquecendo muito mais o ensino e a aprendizagem, onde, infelizmente acabam sendo despercebidos ou ignorados por muitos professores.

## 4 DESAFIOS DA PROFISSÃO DOCENTE NA EDUCAÇÃO ATUAL

Antigamente a escola era reconhecida como um dos únicos locais onde o processo ensino-aprendizagem ocorria, sendo a figura do professor de extrema relevância, pois ele era o responsável pelo ato de ensinar. Era dele a missão de ensinar a ler, a escrever, a somar, multiplicar... As responsabilidades ligadas ao processo de ensino cabiam aos professores e as responsabilidades ligadas à educação eram da família, de acordo com normas e valores estabelecidos pela igreja.

O contexto atual marcado por grandes evoluções na sociedade, principalmente de cunho científicas e tecnológicas requerem mudanças na escola, especialmente na atuação do professor, que ao longo dos anos vem sentindo que sua profissão está perdendo a identidade. É necessário resgatar a função fundamental do professor enquanto agente formador que oportuniza a formação e transformação dos alunos, desenvolvendo neles o espírito crítico e a cidadania.

O professor precisa estar ciente de seu papel frente à realidade social, econômica, tecnológica que ocorre atualmente. Estamos vivendo no mundo da globalização, o que torna as coisas fora da escola muito mais atraentes, pois esta ainda continua ministrando aulas desinteressantes e maçantes, que em nada oportunizam ao aluno a reflexão e o desenvolvimento do senso crítico.

A influência do mundo globalizado recai diretamente sobre os processos de ensino, pois o conhecimento ocorre em concomitância com a influência da mídia, das tecnologias[2] e até mesmo com as influências da sociedade, exigindo muito mais do professor que precisa propiciar aos alunos situações que possam estimular e motivar o desejo de aprender, levando-os a reconhecer a importância e utilidade da busca pelo conhecimento. Assim, precisa utilizar-se de metodologias diferenciadas que surpreendam os alunos, que os encante para o desenvolvimento do assunto a ser desenvolvido, pois é necessário reconhecer que somente o fato de o professor falar e de o aluno escutar não significa que ocorreu aprendizagem.

Porém, de nada adianta ao professor utilizar-se de estratégias diferenciadas, de tecnologias variadas se ele não conseguir atrair a atenção dos alunos especialmente para o ensino.

De acordo com Heerdt (2003, p. 69)

“Se o recurso não estiver sintonizado com aquilo que está sendo apresentado, o aluno aciona um zap mental. Ele muda de canal, desliga-se do professor que está na frente dele. Continua fisicamente na sala de aula, mas sua mente viaja para bem longe dali.”

Promover aprendizagem não é uma tarefa fácil para a atual função docente, o que demanda compromisso e responsabilidade bem como, estar disposto a buscar novas metodologias, através da formação continuada, cabendo, portanto à escola oferecer aos seus professores momentos de atualização profissional. Por outro lado, vale lembrar que a escola não é a única responsável pela formação continuada de seus professores, mas sim uma parceira, quando também cabe ao professor, buscar autonomamente a sua formação continuada. Esta parceria, com certeza, tende a proporcionar a melhoria na qualidade do ensino.

Segundo Heerdt (2003, p. 70), “Evidenciam-se, uma série de desafios, alguns inéditos, que precisam ser assumidos e incorporados na prática docente. A mudança, o novo, o questionamento, o diferente, quase sempre são causa de insegurança e medo. Mas é necessário ousar e enfrentar”.

Entre os inúmeros desafios postos para o professor, podemos destacar a atualização profissional, a criatividade, a organização do trabalho pedagógico por meio da ação de planejar, a mediação do processo ensino aprendizagem, a relação interpessoal entre professor e aluno, bem como a parceria escola e família, lidar com todos estes desafios faz parte da profissão docente.

Percebe-se, portanto que atualmente não está sendo fácil ao professor competir com tudo aquilo que o mundo fora da escola oferece aos alunos. O professor precisa abusar de sua capacidade de criação e ter consciência da necessidade de mudar sua prática pedagógica.

Assim, o desafio está no fazer diferente o que diz respeito à ação docente, tendo claro que o professor não pode restringir a sua competência apenas aos conhecimentos específicos de sua área de atuação, mas, a competência pedagógica que lhe proporcionará conhecimentos e domínios dos processos de ensino e aprendizagem. Para isso o professor deve reconhecer que a aula expositiva, verbalista, utilizada como única forma de interação do processo de ensino e de aprendizagem no ensino tradicional, já está ultrapassada.

Deste modo, ao planejar o professor precisa estar ciente do que quer ensinar e de como vai ensinar, para que possa interagir adequadamente com seus alunos, uma vez

que, professores e alunos têm acesso a muitos outros conhecimentos através de diversos recursos tecnológicos e pedagógicos, sendo na maioria das vezes atraentes e interativos.

De acordo com Gadotti (1992, p. 70) é preciso saber e entender que,

“Todo ser humano é capaz de aprender e de ensinar, e, no processo de construção do conhecimento, todos os envolvidos aprendem e ensinam. O processo de ensino-aprendizagem é mais eficaz quando o educando participa, ele mesmo, da construção do ‘seu’ conhecimento e não apenas “aprendendo” o conhecimento.”

O aluno atual é esperto, curioso, sente prazer em investigar, em descobrir, não aceitando mais os conhecimentos prontos repassados pelo professor. A tarefa do professor[3] está cada vez mais difícil. É chegada a hora de superar a reprodução e fragmentação dos conhecimentos. O professor precisa assumir seu papel de mediador, de facilitador do processo, instigando os alunos a pensar, a refletir, a pesquisar, conduzindo-os para a construção do conhecimento.

A relação professor e aluno não poderiam ficar de fora, uma vez que é considerada de suma importância para todo o processo de construção do conhecimento, pois o clima de afetividade nesta relação pode contribuir para que a aprendizagem ocorra em uma interação contínua. É comum, muitas vezes, os alunos encontrarem no professor aquilo que gostariam de encontrar em seus familiares, mas também pode trazer conseqüências desastrosas se o professor não souber conduzir esta situação de afetividade em sala de aula.

A presença e participação da família durante todo o processo de aprendizagem é fundamental. Infelizmente é possível perceber que as famílias delegam somente à escola a responsabilidade pela educação de seus filhos, fazendo com que os professores, muitas vezes, se encontrem sozinhos neste processo, tendo que desenvolver vários papéis dentro da escola, o que acaba por influenciar em sua ação docente.

Mas, o desafio posto para este texto diz respeito à diversidade, o qual envolve a quebra de paradigmas historicamente construídos para que a escola possa assumir seu papel de inclusão.

## 5 DIVERSIDADE E EDUCAÇÃO PARA TODOS

*É a diversidade que melhor ilumina a necessária globalidade, ou seja,*

*é sendo diferentes que nos tornamos iguais na condição humana.*

**Guenther**

Um dos aspectos a ser desenvolvido em nossos alunos é a cidadania, que pressupõe respeito às diferenças, não com a intenção de acentuar as desigualdades, mas de respeitar as diversidades entre os indivíduos. Cada aluno é único, portanto, tem suas características particulares que merecem ser consideradas pelo professor e pela escola.

- Mas o que é a diversidade?[\[4\]](#)
- O que a diversidade pode influenciar na educação de nossos alunos?
  - Na escola pública é possível perceber a existência da diversidade?

Questões como estas fazem parte das discussões realizadas nas escolas, tanto na escola pública como na privada, uma vez que a escola é considerada como um dos universos em que a diversidade humana se faz presente.

Ao analisarmos etimologicamente a palavra diversidade, podemos constatar que, de acordo com o Mini-dicionário Aurélio (2004), **diversidade** significa: “<sup>1</sup>Qualidade ou condição do que é diverso, diferença, dessemelhança. <sup>2</sup>Divergência, contradição (entre idéias, etc). <sup>3</sup>Multiplicidade de coisas diversas: existência de seres e entidades não idênticos, ou dessemelhantes, oposição.”

Quando falamos sobre diversidade em educação nos remetemos a idéia de dar oportunidades a todos os alunos de acesso e permanência na escola, com as mesmas igualdades de condições, respeitando as diferenças. Ao se abordar a questão das diferenças ou diversidades, não se remete somente às minorias ou às crianças com necessidades especiais. É muito mais amplo, pois todos nós seres humanos somos únicos, portanto diferentes uns dos outros. Tal fato trata-se de denominar como diversidade as diferentes condições étnicas e culturais, as desigualdades sócio-econômicas, as relações discriminatórias e excludentes presentes em nossas escolas e que compõem os diversos grupos sociais.

Pesquisas demonstram que cada vez mais tem aumentado a presença de alunos que historicamente tinham sido excluídos da escola. Esta realidade pode ser vista principalmente nas escolas públicas, por constituir um espaço de grande diversidade, bem

quando descrever no seu Projeto Pedagógico o perfil dos alunos que compõem as suas salas de aula, o que demonstra claramente que a educação pública está voltada para a educação de todas as pessoas e não mais para uma minoria como relata a história da Educação, ao descrever que nos primórdios da educação da humanidade ela era totalmente elitista, sendo o seu acesso permitido apenas a uma pequena parcela da população.

Atualmente, é grande o acesso da população a escola pública, no entanto o seu desafio é garantir a permanência e o sucesso escolar de todos os alunos, por meio de suas aprendizagens. Este avanço ocorreu devido a Declaração Mundial sobre Educação para todos (1990), no seu Artigo 3º, quando declarou que: é necessário universalizar o acesso à educação e promover a equidade, melhorando sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.

Na escola do século XXI, é possível perceber que a heterogeneidade está presente, ou seja, os alunos que lá estão são muito diferentes dos das décadas passadas, pois a escola atualmente é composta por grupos muito diferentes, tais como: sociais, econômicos, religiosos, culturais, de gênero, étnicos, com necessidades especiais, etc. Além desses grupos, ainda encontramos os que apresentam facilidade para aprender e outros que sofrem para assimilar os conceitos mais simples, alguns que apresentam facilidade para aprender; mas não se interessam, pois não querem nada com nada; outros com dificuldades e se mostram muito interessados; outros com estilos de aprendizagem diferentes; e outros indisciplinados.

Todo esse contexto mostra que os alunos que compõem nossas salas de aula não são iguais e que, portanto, não é possível desenvolver uma ação pedagógica única e homogênea.

Considerando que a escola pública trabalha com a diversidade e que é necessário respeitar as diferenças existentes em sala de aula e em todo o ambiente escolar, não é possível que o professor continue desenvolvendo o ensino aplicável a todos os alunos. É preciso que se diversifique a prática pedagógica, buscando atender as características e as necessidades de cada aluno, criando contextos educacionais que permitam atender as especificidades de todos.

É primordial que o professor se preocupe em desenvolver sua aula reconhecendo as diferenças existentes entre os alunos, senão estará desenvolvendo um ensino igual para todos, valorizando somente a transmissão de conteúdos, sendo um trabalho descontextualizado, que não desafia os alunos, que não os leva a produção de uma

verdadeira aprendizagem, fazendo com que o ensino se efetive somente para alguns alunos, não atingindo o todo.

Este pensamento é corroborado pelo Conselho Nacional de Educação no seu Parecer n. 017/2001, quando reconhece que,

“A consciência do direito de constituir uma identidade própria e do reconhecimento da identidade do outro se traduz no direito à igualdade e no respeito às diferenças, assegurando oportunidades diferenciadas (equidade), tantas quantas forem necessárias, com vistas à busca da igualdade. O princípio da equidade reconhece a diferença e a necessidade de haver condições diferenciadas para o processo educacional.” (BRASIL, 200, p.11)

Deste modo acredita-se que o professor que reconhece as diferenças em suas aulas é capaz de reconhecer o outro e valorizá-lo de acordo com suas especificidades e potencialidades, assegurando aos alunos a equidade, ou seja, igualdade de oportunidades a todos para poderem se desenvolver de acordo com sua realidade, promover uma educação que valorize as raízes de cada cultura, ou seja, uma educação multicultural[5].

Segundo Gadotti (1992, p. 21),

“A escola que se insere nessa perspectiva procura abrir os horizontes de seus alunos para a compreensão de outras culturas, de outras linguagens e modos de pensar, num mundo cada vez mais próximo, procurando construir uma sociedade pluralista.”

Na escola inclusiva todos os alunos, independente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, lingüísticas, religiosas, sexuais ou outras, têm direito de acesso, de permanência e de sucesso. De acordo com Carvalho (2000, p. 120), uma escola inclusiva é aquela escola que “inclui a todos, que reconhece a diversidade e não tem preconceito contra as diferenças, que atende às necessidades de cada um e que promove a aprendizagem.”

É fundamental então, identificar os obstáculos que dificultam o sucesso dos alunos no processo de aprendizagem e buscar tornar o ensino e a aprendizagem um processo prazeroso, numa interação contínua entre o professor, o aluno e o conhecimento. O professor necessita estar bem preparado para desafiar os alunos, através do uso de estratégias mais interessantes, que permitam uma participação reflexiva dos alunos e,



para tanto, é fundamental que o professor tenha convicção de que a aprendizagem é possível para todos os alunos.

Talvez a grande dificuldade atual da humanidade esteja em entender que,

Ser humano é entender que a diversidade leva à unidade,  
que a unidade leva à solidariedade,  
que a solidariedade leva à igualdade,  
que a igualdade leva à liberdade,  
que a liberdade leva à diversidade.

(BOURDOUKAN, *apud* Cadernos da EJA – Diversidades e trabalho. 2007, p. 26 e 27)

Deste modo, acredita-se que a escola e o professor sejam parceiros incondicionais da diversidade, uma vez que o educador é modelo para o aluno, portanto professores preconceituosos terão alunos preconceituosos, professores inclusivos terão alunos que reconhecem na diversidade o significado de ser humano.

## 6 INCLUSÃO

De acordo com o Mini-dicionário Aurélio (2004), incluir (inclusão) significa: <sup>1</sup>Conter ou trazer em si; compreender, abranger. <sup>2</sup>Fazer tomar parte; inserir, introduzir. <sup>3</sup>Fazer constar de lista, de série, etc; relacionar.”

Para Monteiro (2001):

“[...] A inclusão é a garantia, a todos, do acesso contínuo ao espaço comum da vida em sociedade, uma sociedade mais justa, mais igualitária, e respeitosa, orientada para o acolhimento a diversidade humana e pautada em ações coletivas que visem a equiparação das oportunidades de desenvolvimento das dimensões humanas (MONTEIRO, 2001, p. 1).”

De acordo com Mantoan (2005), inclusão:

“É a nossa capacidade de entender e reconhecer o outro e, assim, ter o privilégio de conviver e compartilhar com pessoas diferentes de nós. A educação inclusiva acolhe todas as pessoas, sem exceção. É para o estudante com deficiência física, para os que têm comprometimento mental, para os superdotados, para todas as minorias e para a criança que é discriminada por qualquer outro motivo. Costumo dizer que estar junto é se aglomerar no cinema, no ônibus e até na sala de aula com pessoas que não conhecemos. Já inclusão é estar com, é interagir com o outro.”

Em se tratando de educação partimos do pressuposto de que inclusão[6] é a idéia de que todas as crianças têm o direito de se educar juntos em uma mesma escola, sem que esta escola exija requisitos para ingresso e não selecione os alunos, mas, sim, uma escola que garanta o acesso e a permanência com sucesso, dando condições de aprendizagem a todos os seus alunos.

Tudo isso é possível na medida em que a escola promova mudanças no seu processo de ensinar e aprender, reconhecendo o valor de cada criança e o seu estilo de aprendizagem, reconhecendo que todos possuem potencialidades e que estas potencialidades devem ser desenvolvidas.

Quando pensamos em uma escola inclusiva, é necessário pensar em uma modificação da estrutura, do funcionamento e da resposta educativa, fazendo com que a escola dê lugar para todas as diferenças e não somente aos alunos com necessidades

especiais.

A fim de mudar a sua prática educativa, a escola deverá desenvolver estratégias de ensino diferenciadas que possibilitem o aluno a aprender e se desenvolver adequadamente. De acordo com Carvalho (2000, p. 111) “A proposta inclusiva pressupõe uma ‘nova’ sociedade e, nela, uma escola diferente e melhor do que a que temos.” E diz ainda,

“Mas aceitar o ideário da inclusão, não garante ao bem intencionado mudar o que existe, num passe de mágica. A escola inclusiva, isto é, a escola para todos deve estar inserida num mundo inclusivo onde as desigualdades não atinjam os níveis abomináveis com os quais temos convivido.”

A escola é o espaço primordial para se oportunizar a integração e melhor convivência entre os alunos, os professores e possibilita o acesso aos bens culturais. Portanto é preciso que a escola busque trabalhar de forma democrática, oferecendo oportunidades de uma vida melhor para todos independente de condição social, econômica, raça, religião, sexo, etc. Todos os alunos têm direito de estarem na escola, aprendendo e participando, sem ser discriminado ou ter que enfrentar algum tipo de preconceito por motivo algum.

Segundo Haddad (2008) “[...] o benefício da inclusão não é apenas para crianças com deficiência, é efetivamente para toda a comunidade, porque o ambiente escolar sofre um impacto no sentido da cidadania, da diversidade e do aprendizado.” Na Constituição Federal (1988) a educação já era garantida como um direito de todos e um dos seus objetivos fundamentais era, “promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.” No (artigo 3º, inciso IV) da Constituição Federal (1988), como também no artigo 205, a educação é declarada como um direito de todos, devendo ela garantir o pleno desenvolvimento da pessoa, o seu exercício de cidadania e a qualificação para o trabalho.

A educação inclusiva é reconhecida como uma ação política, cultural, social e pedagógica a favor do direito de todos a uma educação de qualidade e de um sistema educacional organizado e inclusivo. À escola cabe a responsabilidade em atender as diferenças, considerando que para haver qualidade na educação é necessário assegurar uma educação que se preocupe em atender a diversidade.

Segundo Mantoan (2005, p.18), se o que pretendemos é que a escola seja inclusiva, é urgente que seus planos se redefinam para uma educação voltada para a

cidadania global, plena, livre de preconceitos e que reconhece e valoriza as diferenças. A educação inclusiva visa desenvolver valores educacionais e metodologias que permitam desenvolver as diferenças através do aprender em conjunto, buscando a remoção de barreiras na aprendizagem e promovendo a aprendizagem de todos, principalmente dos que se encontram mais vulneráveis, em contraposição com a escola tradicional, que sempre foi seletiva, considerando as diferenças como uma anormalidade e, desenvolvendo um ensino homogeneizado Carvalho (2000).

Corroborando a afirmação de Carvalho, Araújo (1988, p. 44) diz:

“[...] a escola precisa abandonar o modelo no qual se esperam alunos homogêneos, tratando como iguais os diferentes, e incorporar uma concepção que considere a diversidade tanto no âmbito do trabalho com os conteúdos escolares quanto no das relações interpessoais. É preciso que a escola trabalhe no sentido de mudar suas práticas de ensino visando o sucesso de todos os alunos, pois o fracasso e o insucesso escolar acabam por levar os alunos ao abandono, contribuindo assim com um ensino excludente.”

A educação inclusiva, dentro de um processo responsável, precisa garantir a aprendizagem a todas as pessoas, dando condições para que desenvolvam sentimentos de respeito à diferença, que sejam solidários e cooperativos. De acordo com Mantoan, (2008, p.2):

“Temos de combater a descrença e o pessimismo dos acomodados e mostrar que a inclusão é uma grande oportunidade para que alunos, pais e educadores demonstrem as suas competências, poderes e responsabilidades educacionais. As ferramentas estão aí, para que as mudanças aconteçam, urgentemente, e para que reinventemos a escola, desconstruindo a máquina obsoleta que a dinamiza, os conceitos sobre os quais ela se fundamenta os pilares teórico-metodológicos em que ela se sustenta.”

Em busca de uma escola de qualidade, objetivando uma educação voltada para a emancipação e humanização do aluno, é fundamental que o sistema educacional prime por uma educação para todos, onde o enfoque seja dado às diferenças existentes dentro da escola. Uma tarefa nada fácil, que exige transformações acerca do sistema como um todo e mudanças significativas no olhar da escola, pensando a adaptação do contexto escolar ao aluno.

Com o objetivo de construir uma proposta educacional inclusiva e responsável é fundamental que a equipe escolar tenha muito claro os princípios norteadores desta

proposta que devem estar calcados no desenvolvimento da democracia. De acordo com o documento Diretrizes Nacionais para a Educação Especial (2001, p. 23) os princípios norteadores de uma educação inclusiva são:

- Preservação da dignidade humana;
- Busca de identidade;
- Exercício de cidadania.

## 7 ALGUMAS DIVERSIDADES NO CONTEXTO DA ESCOLA PÚBLICA

A realidade que permeia as escolas públicas apresenta desafios a serem enfrentados, ou pelo menos, a serem colocados como reflexão aos professores e a toda a comunidade escolar, preocupada com os novos rumos e um novo caminhar do processo de ensino e aprendizagem.

A seguir, o presente texto apresentará as diversidades normalmente encontradas na escola e que hoje despontam como desafios para a ação docente do educador.

### 7.1 DIVERSIDADES RELIGIOSAS

*Ninguém nasce odiando outra pessoa pela cor de sua pele, por sua religião. Para odiar, as pessoas precisam aprender; e se podem aprender a odiar, podem ser ensinadas a amar.*

**Nelson Mandela**

O respeito à diversidade é um dos valores de cidadania mais importantes, sendo fundamental valorizar cada pessoa, independente de qual religião pertença, tendo consciência de que cada uma teve e tem sua contribuição ao longo da história. Assim, as diferentes expressões religiosas devem ser consideradas na escola, especialmente na escola pública.

Para melhor entender este novo universo conceitual e de conteúdo, Silva (2004, p. 140) esclarece dizendo,

“Ensino de religiões, estudo de diversidades, exercícios de alteridade: estes sim podem ser conteúdos trabalhados na escola pública. Da mesma forma que o professor de literatura faz referência a diversas escolas literárias; da mesma forma que o professor de História enfatiza diversos povos, assim o ensino de religiões deve enfatizar diversas expressões religiosas, considerando que as religiões fazem parte da aventura humana.”

A escola precisa valorizar os fenômenos religiosos como patrimônio cultural e histórico, buscando discutir princípios, valores, diferenças, tendo em vista a compreensão

do outro. Por isso é importantíssimo que o professor trabalhe com os alunos atitudes de tolerância e respeito às diferenças desenvolvendo um trabalho com a diversidade religiosa. E ele pode estar utilizando-se das aulas de Ensino Religioso para estar fazendo este trabalho ou de quaisquer outras situações em suas áreas de conhecimento, tomando o cuidado em refletir com os alunos o maior número possível de expressões religiosas existentes na sociedade, buscando garantir o direito de livre expressão de culto, evitando-se o proselitismo ou intolerância religiosa.

Ao estar abordando estas questões religiosas, especialmente nas aulas de Ensino Religioso, é preciso que se tome o cuidado para não realizar catequese dentro da escola, pois a escola pública não é confessional e, portanto, não pode se reduzir a nenhum tipo específico de religião, o que pode causar crime de discriminação. Segundo a LDB 9394/96, em seu artigo 33º podemos encontrar o seguinte esclarecimento,

“O Ensino Religioso, de matrícula facultativa, é parte integrante da formação básica do cidadão e constitui disciplina dos horários normais das escolas públicas do ensino fundamental, assegurando o respeito a diversidade cultural religiosa do Brasil, vedadas quaisquer formas de proselitismo.”  
(BRASIL, 1996)

A liberdade religiosa é um dos direitos fundamentais da humanidade, como afirma a Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948) em seu art. XVIII:

Toda pessoa tem o direito à liberdade de pensamento, consciência e religião; este direito inclui a liberdade de mudar de religião ou crença e a liberdade de manifestar essa religião ou crença, pelo ensino, pela prática, pelo culto e pela observância, isolada ou coletivamente, em público ou particular.( NACÕES UNIDAS, 1948.)

A própria Constituição Brasileira (1988) em seu art. 5º, inciso VI diz:

“É inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e as suas liturgias.” (BRASIL, 1998, p. 5).

É preciso cuidar para que não seja realizado dentro da escola discriminação quanto as diversidades religiosas existentes mantendo equilíbrio e imparcialidade, em busca de uma educação de qualidade. É um grande desafio para a escola pública levar

os alunos a reflexão sobre a diversidade de nossa cultura, marcada pela religiosidade.

Segundo Heerdt, (2003, p. 34)

”É fundamental que as escolas incentivem os educandos a conhecer a sua própria religião, a ter interesse por outras formas de religiosidade, valorizando cada uma e respeitando a diversidade religiosa, sem nenhum tipo de preconceito.”

A escola pública deve trabalhar no sentido de ampliar os limites quanto aos vários tipos de culturas religiosas, desmontando os preconceitos, fazendo com que todos sejam ouvidos e respeitados, pois intolerância religiosa é desrespeito aos direitos humanos. De acordo com o Código Penal Brasileiro constitui crime (punível com multa e até detenção), zombar publicamente de alguém por motivo de crença religiosa, impedir ou perturbar cerimônia ou culto, e ofender publicamente imagens e outros objetos de culto religioso. Assim, cada cidadão precisa assumir a postura do respeito pelo ser humano, independente de religião ou crença, tendo consciência de que cada pessoa pode fazer sua opção religiosa e manifestar-se livremente de acordo com os princípios de cada cultura.

**Sugestões de filmes que abordam a temática:** Fé; Marcelino pão e vinho; 21 gramas; Baraka; Deus é brasileiro;

## 7.2 DIVERSIDADES DE GÊNERO

Vivemos em uma sociedade pluralista, onde o respeito à individualidade e o direito de expressão devem ser considerados. A escola pública deve ser o espaço das liberdades democráticas. Segundo Gomes (1998, p.116), “Entre preconceitos e discriminações, cabe à escola pública o importante papel de proporcionar a seus alunos um modelo de tolerância a ser aplicado na sociedade.”

Ao se abordar a questão de gênero, logo vem a idéia de gênero ligada aos sexos masculino e feminino, enfatizando a questão da exclusão da mulher, sempre desprivilegiada na sociedade ao longo da história. Essa exclusão é marcada na sociedade em diversas situações, como mercado de trabalho, política etc, privilegiando o homem, e enxergando-o com capacidade de liderança, força física, virilidade, capaz de garantir o



sustento da família e atender ao mercado de trabalho, etc, em contraposição a mulher vista como reprodutora, com a responsabilidade por cuidar dos filhos, da família, das atividades domésticas, etc.

Muitas transformações vêm ocorrendo nas relações de sexo na sociedade, fazendo com que essa visão sobre a mulher seja desmistificada e dando oportunidades às mulheres para dividirem os mesmos espaços profissionais e pessoais com os homens, apesar de ainda haver uma grande desproporção e divisão de poderes que favorecem mais aos homens, discriminando, por sua vez, o sexo feminino.

Mas quando se trata a questão de gênero na sociedade não podemos relacionar somente ao sexo feminino ou masculino, pois atualmente abrange também outras formas culturais de construção de sexualidade humana, vistos muitas vezes com desprezo e com atitudes discriminatórias na sociedade e, mesmo, na escola, como os homossexuais, um grupo que, assim como as mulheres, sofreram e continuam sofrendo discriminações ao longo dos séculos e, tem sofrido com os estigmas, estereótipos e preconceitos.

É preciso desconstruir os preconceitos e estereótipos em termos de diferença sexual, possibilitando a inclusão de todas as pessoas, sejam elas do sexo feminino ou masculino e, considerando as múltiplas formas em que estes podem se desdobrar, pois a diferença na orientação sexual e nas formas como as diferenças de gênero se estabelecem, não justificam a exclusão. É preciso enxergar o mundo presente nas relações humanas e aceitar que a diversidade baseada na igualdade e na diferença é possível.

A escola precisa levar a reflexão sobre as diferenças e preconceitos de gênero, buscando sensibilizar a todos os envolvidos na educação para as situações que produzem preconceitos e resultam em desigualdades, muito presentes no cotidiano escolar, onde muitas vezes preponderam falas ou situações diversas de distinção de sexo entre os alunos. É preciso ter consciência que o enaltecimento da diferença de gênero traz aspectos negativos, desconsiderando muitas vezes o direito, a habilidade e a capacidade de cada pessoa.

De acordo com Vianna e Ridenti (1998, p. 102)

“O ambiente escolar pode reproduzir imagens negativas e preconceituosas, por exemplo, quando professores relacionam o rendimento de suas alunas ao bom comportamento, ou quando as tratam como esforçadas e quase nunca como potencialmente brilhantes, capazes de ousadia e lideranças. O mesmo pode ocorrer com os alunos quando estes não correspondem a um modelo masculino

predeterminado.”

A escola, como bem aponta o material pedagógico “Educar para a diversidade – um guia para professores sobre orientação sexual e identidade de gênero”, tem a função de contribuir para o fortalecimento da auto-estima dos alunos, independente do gênero, buscando afirmar o respeito pelo outro, bem como o interesse pelos sentimentos dos outros, independente das suas diferenças,

É preciso que cada um reconheça no outro: homem, mulher, homossexual, etc, pessoas com necessidades, interesses, sentimentos... e que estas possuem seu valor na sociedade e precisam ser valorizados e terem os mesmos direitos garantidos a qualquer cidadão.

**Sugestões de filmes que abordam a temática:** Filadélfia; O segredo de Brokeback Mountain; O sorriso de Monalisa; Beijando Jessica Stein; Gia - Fama e Destruição; Lost and Delirious - Assunto de meninas; Essa Estranha Atração; O talentoso Ripley; Beleza americana;

### 7.3 DIVERSIDADES DO CAMPO

A escola atende em seu cotidiano, muitos alunos advindos de diversos grupos, entre eles, possui os alunos do campo com sua cultura e seus valores que precisam ser reconhecidos e valorizados, pois são muitas as influências e contribuições trazidas por eles, principalmente em relação ao trabalho, a história, o jeito de ser, os conhecimentos e experiências, etc.

A LDB 9394/96 (1996), reconhece a diversidade do campo e as suas especificidades, estabelecendo as normas para a educação do campo em seu artigo 28.

A escola precisa refletir sobre a educação para as pessoas do campo, que muitas vezes são obrigados a aceitar e desenvolver seu processo educativo dentro de um currículo totalmente urbano, que desconhece a realidade e as necessidades do campo.

As pessoas que vivem no campo têm sua cultura, seus saberes de experiência, seu cotidiano, que acabam sendo esquecidos, fazendo com que percam sua identidade, supervalorizando somente o espaço urbano, quando eles têm muitos conhecimentos a

serem considerados e aproveitados pela escola.

Na maioria das vezes esses alunos advindos do campo precisam deixar seu habitat para irem estudar nas cidades.

Seria muito importante que a educação desses alunos fosse realizada **no e do** campo, privilegiando a cultura ali no seu espaço, de acordo com sua realidade. Porém esses alunos são retirados do seu espaço e trazidos para os centros urbanos para que o seu processo de escolarização aconteça, o que acaba colocando em risco suas vidas em meios de transportes precários e estradas rurais ruins. O povo do campo quer ver garantido o seu direito à educação, mas que este seja assegurado ali no ambiente em que vivem, atendendo as suas especificidades.

De acordo com Caldart (2002, *apud* DCE Educação do Campo, 2006, p. 27) “[...] o povo tem o direito de ser educado no lugar onde vive; o povo tem o direito a uma educação pensada desde o seu lugar e com sua participação, vinculada à sua cultura e às suas necessidades humanas e sociais.”

Já que este direito de ter a educação ali onde vive deixou de existir e, enquanto essa realidade permanece, é necessário que se promovam reflexões e discussões acerca da vida no campo, valorizando os alunos do campo que freqüentam a escola urbana, que não podem ser marginalizados ou discriminados por sua condição geográfica.

Muitos assuntos relacionados à vida no campo podem ser abordados pelos professores em seu dia-a-dia da sala de aula como reforma agrária, MST, desenvolvimento sustentável, cultura, produção agrícola, entre outros, primando por fazer com que estes alunos sintam-se valorizados dentro da escola e que tenham sua cultura, forma e estilo de vida valorizados .

Segundo Caldart (2005, *apud* DCE Educação do Campo, 2006) “[...] A escola precisa cumprir sua vocação universal de ajudar no processo de humanização, com as tarefas específicas que pode assumir nesta perspectiva.” Ao mesmo tempo, é chamada a estar atenta às particularidades dos processos sociais do seu tempo histórico e ajudar na formação das novas gerações trabalhadoras e de militantes sociais.

Os alunos advindos do campo precisam se sentir parte do processo e terem o seu valor reconhecido pela sociedade, a começar pela escola, que trabalha no sentido de desenvolver a humanização e a emancipação dos cidadãos.

**Sugestão de filme que aborda a temática:** Não há terra sem dono;

#### 7.4 ALUNOS COM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS

Aos alunos com necessidades educacionais especiais devem ser garantidos os mesmos direitos e as mesmas oportunidades dos alunos ditos “normais”, pois a escola é o espaço de formação para todos. Segundo Carvalho (2000, p. 106) “Enquanto espaço de formação, diz respeito ao desenvolvimento, nos educandos, de sua capacidade crítica e reflexiva, do sentimento de solidariedade e de respeito às diferenças, dentre outros valores democráticos.”

O movimento pela inclusão oportuniza o direito de todos os alunos de estarem juntos aprendendo, tendo suas especificidades atendidas. Assim, a Lei abre espaço também aos alunos com necessidades educacionais especiais a serem atendidos em escolas especiais ou escolas regulares, de acordo com suas especificidades.

A Constituição Federal de 1988 define, em seu artigo 205, a educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. No artigo 206, inciso 1, estabelece a “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”, como um dos princípios para o ensino e, garante, como dever do Estado, a oferta do atendimento educacional, preferencialmente na rede regular do ensino (art. 208).

A atual LDB 9394/96 (1996) também assegura aos alunos com necessidades educacionais especiais o atendimento, em seu artigo 4, inciso 3 “atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com necessidades especiais, preferencialmente na rede regular de ensino.”

A escola é a responsável em oportunizar aos alunos o acesso aos conhecimentos historicamente produzidos, principalmente a escola pública regular, considerada o local preferencial para a escolarização formal dos alunos com necessidades especiais, tendo como forma de complementação curricular os apoios e serviços especializados.

É chegada a hora de a escola oferecer oportunidades a todos os alunos indiscriminadamente, como um direito essencial na vida de cada cidadão, inclusive os com necessidades especiais. Assim, a escola regular precisa se preocupar em refletir com seus alunos o conceito de diferença e de especial, salientando que não são somente os

alunos com necessidades especiais que são diferentes e especiais, mas todos nós e que, as mesmas oportunidades devem ser dadas a todos, para que possam obter sucesso em sua vida escolar e pessoal e assim, exercer a cidadania.

Há a necessidade de criar dentro da escola espaços para diálogos, trocas de idéias e experiências, a fim de reconhecer os alunos considerados como especiais e valorizá-los dentro do ensino regular, visando remover barreiras frente à diferença e reconhecer que cada aluno possui as suas potencialidades e, a eles, devem ser oportunizadas, condições de acesso, permanência e sucesso na escola regular.

Carvalho (2006) afirma que é necessário desmontar o mito de que os professores do ensino regular não estão preparados para trabalhar com esses alunos e que não são alunos do ensino regular e sim da educação especial, onde terão os chamados especialistas para atendê-los.

A escola, enquanto instituição aberta a todos, precisa superar o sentimento de rejeição que os alunos com necessidades especiais enfrentam e, lutar para que tenham as mesmas oportunidades que são oferecidas aos outros alunos assegurando-lhes o desenvolvimento da aprendizagem. Assim é preciso algumas modificações no sistema e na escola como:

- no currículo e nas adaptações curriculares;
- na avaliação contínua do trabalho;
- na intervenção psicopedagógica;
- em recursos materiais;
- numa nova concepção de especial em educação, etc.

**Sugestões de filmes que abordam a temática:** Rain Man; Tomy; O milagre de Anne Sullivan; O Guardião de memórias; Uma lição de amor; Meu nome é rádio; Meu namorado Pupkim; Uma mente brilhante; Óleo de Lorenzo; Hellen Keller; O despertar para a vida; Sempre amigos; Simples como amar; Meu pé esquerdo.

## 7.5 DIVERSIDADE ETNICO-RACIAL E CULTURA AFRO-BRASILEIRA E AFRICANA

*O que nos faz semelhantes  
ou mais humanos,  
são as diferenças.*  
**Nilma Lino Gomes**

Somos uma sociedade sem preconceitos?

Há igualdade de direitos entre negros e brancos em nossa sociedade?

Presenciamos situações de preconceito em nosso dia-a-dia, evidenciadas em frases como estas: “pessoa de cor”, “a coisa tá preta”, “olha o cabelo dela”, “olha a cor do fulano”, “tem o pezinho na senzala”, “serviço de preto”, etc?

A escola é responsável por trabalhar no sentido de promover a inclusão e a cidadania de todos os alunos, visando a eliminar todo tipo de injustiça e discriminação, enxergando os seres humanos dotados de capacidades e valorizando-os como pessoas, principalmente dos afro-descendentes, marcados por um histórico triste na educação e na sociedade brasileira de discriminação, racismo e preconceito.

A escola tem o importante papel de transformação da humanidade e precisa desenvolver seu trabalho de forma democrática, comprometendo-se com o ser humano em sua totalidade e respeitando-o em suas diferenças. De acordo com Ribeiro (2004, p. 7) “[...] a educação é essencial no processo de formação de qualquer sociedade e abre caminhos para a ampliação da cidadania de um povo.”

Os afro-descendentes devem ser reconhecidos em nossa sociedade com as mesmas igualdades de oportunidades que são concedidas a outras etnias e grupos sociais, buscando eliminar todas as formas de desigualdades raciais e resgatar a contribuição dos negros na formação da sociedade brasileira e, assim, valorizar a história e cultura dos afro-brasileiros e africanos.

Segundo as DCN para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (2003, p. 5)

”Reconhecimento implica justiça e iguais direitos sociais, civis, culturais e econômicos, bem como valorização da diversidade daquilo que distingue os negros dos outros grupos que compõem a população brasileira. E isto requer mudança nos discursos, raciocínios, lógicas, gestos, posturas, modo de tratar as pessoas negras. Requer também que se conheça a sua história e cultura apresentadas, explicadas, buscando-se especificamente desconstruir o mito da democracia racial na sociedade brasileira; mito este que difunde crença de que, se os negros não atingem os mesmos

patamares que os não negros, é por falta de competência ou interesse, desconsiderando as desigualdades seculares que a estrutura social hierárquica cria com prejuízos para o negro.”

Para que haja realmente a construção de um país democrático, faz-se necessário que todos tenham seus direitos garantidos e sua identidade valorizada, a começar pela escola que, infelizmente, continua desenvolvendo práticas preconceituosas detectadas no currículo, no material didático, nas relações entre os alunos, nas relações entre alunos, e não poucas vezes até professores. Segundo Pinto (1993, *apud* Rosemberg, 1998, p. 84) “[...]”

“ao que tudo indica, a escola, que poderia e deveria contribuir para modificar as mentalidades anti-discriminatórias ou pelo menos para inibir as ações discriminatórias, acaba contribuindo para a perpetuação das discriminações, seja por atuação direta de seus agentes, seja por sua omissão perante os conteúdos didáticos que veicula, ou pelo que ocorre no dia-a-dia da sala de aula.”

Corroborando o que diz Pinto, Silva (2002, p. 140) afirma que:

“Os dados mostram claramente que o sistema educacional brasileiro é seletivo e discriminatório, porque seleciona em especial os pobres, os negros, os mulatos os nordestinos.”

“[...] Assim sendo, a marginalização cultural e o racismo estão entre as principais razões que explicam as grandes taxas de evasão e repetência na escola básica.”

A educação é o fato de maior eficácia para contribuir para a promoção dos excluídos. Por isso, muitas ações têm sido desencadeadas no sentido de reconhecimento e valorização do negro, garantindo a eles as mesmas condições, numa constante luta contra o racismo e o preconceito. Luta esta que deve ser de todos, todos que acreditam num país democrático, justo e igualitário.

Atualmente, a escola e a sociedade têm se preocupado com a criação de representações positivas sobre o negro, possibilitando uma inserção social do negro em alguns setores da sociedade, mudando aos poucos a situação do negro. Um exemplo real e recente disso é a Presidência dos Estados Unidos, sendo conquistada por um negro: Barako Obama. O próprio estabelecimento da Lei nº 10.639/03 que altera a LDB 9394/96 já retrata a preocupação na reflexão acerca do preconceito e da discriminação, buscando democratizar e universalizar o ensino, garantindo a todos os alunos o reconhecimento e valorização de sua cultura, de sua história, de sua identidade, e, assim, combater o

racismo e as discriminações, educando cidadãos orgulhosos de seu pertencimento étnico-racial tendo seus direitos garantidos e sua identidade valorizada.

**Sugestões de filmes que abordam a temática:** Mentos que brilham; Hotel Ruanda; Encontrando Forrester; Quanto vale ou é por quilo: Escritores da Liberdade; Carandiru; A cor púrpura; Separados mas iguais; Homens de Honra; Amistad;

## 7.6 DIVERSIDADE SÓCIO-ECONÔMICA E CULTURAL

A escola pública possui em sua grande maioria alunos provenientes de uma classe sócio-econômica cultural desfavorecida, de famílias que possuem uma condição de vida desfavorável e que, na maioria, possuem dificuldades de aprendizagem. São alunos filhos da classe trabalhadora, cujo pais permanecem a maior parte do dia fora de casa trabalhando como empregados em indústrias, lojas, casas de família, em trabalhos sazonais como bóias-frias na zona rural, cortadores de cana, pedreiros, garis, empregadas domésticas, etc. Muitos pais encontram-se até desempregados, realizando um “bico” aqui ou ali. Esses compõem a maioria dos alunos que a escola pública atende e que precisa dar conta, oportunizando condições de aprendizagem, num processo de qualidade.

Eles são alunos que estão à margem da sociedade, e que muitas vezes passam por diversas circunstâncias perversas, como a fome, situações de violência, problemas com alcoolismo e drogas, situações de abandono, entre outros. Esses são os verdadeiros excluídos da sociedade que estão na escola clamando por ajuda. E as condições sócio-econômicas e culturais é um dos fatores que podem interferir, e muito, no desempenho escolar dos alunos.

O desafio da escola é este: possibilitar a essa grande maioria o acesso à escola, mas garantindo-lhes permanecer e ter sucesso no processo de ensino e aprendizagem, pois o acesso ao conhecimento historicamente elaborado é que poderá dar a esses alunos, muitas vezes excluídos do sistema e da sociedade, condições para transformar suas vidas e possibilitar uma maior inserção na comunidade, podendo atuar como cidadãos, capazes de transformá-la.

O sistema, a escola, os professores, precisam reconhecer nesses alunos os seres



humanos que ali estão e clamam por uma oportunidade, que sonham com uma perspectiva de vida melhor e que querem ter seus direitos de cidadãos garantidos. É preciso destruir o histórico de exclusão e desigualdade do sistema escolar público, reconhecendo em cada aluno suas potencialidades.

A escola precisa se preocupar em oferecer um ensino público de maior qualidade, que possa compensar, pelo menos parcialmente, as dificuldades de aprendizagem. É preciso que se fique claro que as crianças que vivem em ambientes desfavoráveis também podem ter um nível de aprendizagem satisfatória. Cabe à escola oportunizar essas condições, oferecendo o apoio necessário aos alunos em condições sócio-econômicas e culturais desfavoráveis, ajudando-os a superar as dificuldades e carências do contexto onde vivem, procurando destruir o histórico de exclusão e desigualdade do sistema escolar público.

**Sugestões de filmes que abordam a temática:** Orgulho e preconceito; Diário de uma paixão; Hoje e amanhã;

## 7.7 DIVERSIDADE INDÍGENA

Uma outra diversidade verificada no interior da escola pública, que vem sendo muito valorizada atualmente é com relação à educação escolar indígena.

Os indígenas também clamam por processos educacionais que lhes permitam o acesso aos conhecimentos universais, mas que valorize também suas línguas e saberes tradicionais.

A Constituição de 1988 reconheceu o direito dos índios (autóctones) de permanecerem índios e de terem suas tradições e modos de vida respeitados. Em seu art. 210 fica assegurado aos povos indígenas o direito de utilizarem suas línguas maternas e processos próprios de aprendizagem buscando transformar a instituição escolar em um instrumento de valorização e sistematização de saberes e práticas tradicionais, ao mesmo tempo em que possibilita aos índios o acesso aos conhecimentos universais e a valorização dos conhecimentos étnicos.

A partir da Constituição de 1988 e mais fortemente na LBB 9394/96 os indígenas passaram a ser reconhecidos legalmente em suas diferenças e peculiaridades. A LDB 9394/96 (1996) estabelece em seu artigo 78, que aos índios devem ser proporcionadas a

recuperação de suas memórias históricas, a reafirmação de suas identidades étnicas e a valorização de suas línguas e ciências. Aos índios, suas comunidades e povos devem ser garantidos o acesso às informações, conhecimentos técnicos e científicos da sociedade nacional e das demais sociedades indígenas e não-índias. O Plano Nacional de Educação (2001) estabelece objetivos e metas para o desenvolvimento da educação escolar indígena diferenciada, intercultural, bilíngüe e de qualidade. Muitas ações em relação à educação escolar dos indígenas já foram realizadas, porém ainda se percebe um quadro desigual, fragmentado e pouco estruturado de oferta e atendimento educacional aos índios.

A diversidade dos povos indígenas precisa ser considerada de fato, exigindo iniciativas diferenciadas por serem portadores de tradições culturais específicas. A escolarização dos indígenas precisa acontecer a partir do paradigma da especificidade, da diferença, da interculturalidade e da valorização da diversidade lingüística desenvolvendo assim, ações culturais, históricas e lingüísticas.

Os indígenas precisam ser respeitados e incluídos nos sistemas de ensino do país, tendo a sua diversidade étnica valorizada e que entre os indígenas e não indígenas haja um diálogo tolerante e verdadeiro.

A proposta é por uma educação escolar indígena diferenciada, que possibilite a inclusão deste grupo no sistema educacional, tendo respeitadas as suas peculiaridades. Por isto, muitos investimentos têm sido realizados com relação a educação escolar dos indígenas, principalmente em relação aos professores, capacitando professores indígenas que conhecem a realidade, a história e a cultura do seu grupo ao longo de todo o processo histórico brasileiro.

A questão da educação escolar indígena é uma grande evolução e conquista. Muitas reflexões e muitas ações ainda precisam ser desencadeadas com o objetivo de valorização e preservação da cultura indígena, propiciando o reconhecimento dos indígenas como sujeitos da história e que a eles devem ser garantidos o acesso aos direitos de qualquer cidadão.

**Sugestões de filmes que abordam a temática:** Pocahontas; Dança com os lobos; Pirinop – meu primeiro contato; Dança da ema; A semente da vingança; Estratégia Xavante; A paixão de Maria Helena, Ana Terra.



## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A lei preconiza a universalização da educação para todos, garantindo o direito ao acesso, a permanência e ao sucesso dos alunos. No entanto, a realidade educacional contemporânea coloca a escola pública como o palco da diversidade, pois ali se encontram alunos de diferentes grupos. A diferença entre os grupos é visível e o trabalho pedagógico precisa voltar-se à diferença, oportunizando o direito de educação para todos.

Vale destacar que o trabalho com a diversidade está ligado à proposta de inclusão, que emerge como um grande desafio para a educação, pois, pensar em inclusão pressupõe uma série de fatores, principalmente os que dizem respeito aos alunos. Assim, pensar em inclusão, não é só dirigir o olhar para os alunos com necessidades especiais, mas sim, para todos aqueles alunos que estão nas salas de aula, que muitas vezes sofrendo preconceitos e discriminações por pertencer a este ou aquele grupo.

Trabalhar com uma proposta de diversidade, propiciando oportunidades de inclusão a todos os alunos na escola, não é uma tarefa fácil, uma vez que não se resume apenas na garantia do direito de acesso. É preciso que lhes sejam garantidas as condições de permanência e sucesso na escola.

Para que o processo de inclusão ocorra satisfatoriamente é preciso que haja investimento em educação, senão é um projeto fadado ao insucesso, pois a escola precisa oferecer estrutura adequada para que ele ocorra. A dura realidade das condições de trabalho e os limites da formação profissional, o número elevado de alunos por turma, a rede física inadequada, o despreparo para ensinar "alunos especiais" ou diferentes são fatores a ser considerados no processo de inclusão que garanta a participação de todos os alunos e o sucesso, evitando-se assim o alto número de alunos evadidos e até os retidos no ano letivo.

É de extrema relevância que a escola, especialmente a pública, reconheça as diferenças, valorizando as especificidades e potencialidades de cada um, reconhecendo a importância do ser humano, lutando contra os estereótipos, as atitudes de preconceito e discriminação em relação aos que são considerados diferentes dentro da escola.

É preciso que todos tenham clareza de que sempre vai haver diferenças, mas é possível minimizá-las, desde que haja interesse em propiciar uma educação de qualidade a todos. Portanto é preciso haver uma transformação da realidade com o objetivo de

diminuir a exclusão dos alunos, especiais ou não do sistema educacional. É necessário que se proponha ações e medidas que visem assegurar os direitos conquistados, a melhoria da qualidade da educação, o investimento em uma ampla formação dos educadores, a remoção de barreiras físicas e atitudinais, a previsão e provisão de recursos materiais e humanos entre outras possibilidades.

Como diz Mantoan (2008, p. 20)

“O essencial, na nossa opinião, é que todos os investimentos atuais e futuros da educação brasileira não repitam o passado e reconheçam e valorizam as diferenças na escola. Temos de ter sempre presente que o nosso problema se concentra em tudo o que torna nossas escolas injustas, discriminadoras e excludentes, e que, sem solucioná-lo, não conseguiremos o nível de qualidade de ensino escolar, que é exigido para se ter uma escola mais que especial, **onde os alunos tenham o direito de ser (alunos), sendo diferentes.**” (grifo nosso).

Precisamos ser otimistas e transformar em realidade o sonho de uma educação para todos, nos convencendo das potencialidades e capacidades dos seres humanos, acreditando que, somando nossas diferenças, poderemos provocar mudanças significativas na educação e na sociedade, diminuindo preconceitos e estereótipos e tornando nosso país mais humano, fraterno, justo e solidário.

## REFERÊNCIAS

- AMARAL, Lígia Assumpção. Sobre crocodilos e avestruzes: falando de diferenças físicas, preconceitos e sua superação. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 11 a 30.
- ARAÚJO, Ulisses Ferreira de. O déficit cognitivo e a realidade brasileira. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 44.
- BRASIL, Conselho Nacional de Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC/CNE, 2004.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Lei nº 10.639/03**. Brasília. MEC/CNE. 2003.
- \_\_\_\_\_. Conselho Nacional de Educação. **Parecer nº 017/2001**. Brasília. MEC/CNE 2001.
- \_\_\_\_\_. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem**. UNESCO, Jomtiem/Tailândia, 1990.
- \_\_\_\_\_. **Declaração Nacional dos Direitos Humanos**. ONU. Paris. 1948.
- \_\_\_\_\_. Decreto Lei nº 2848. **Código Penal Brasileiro**. Brasília. 1940.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.
- \_\_\_\_\_. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Brasília: MEC/SEESP, 2001.
- CALDART, (2002 p. 26, 2005, p.30) PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação do Campo**. Curitiba: SEED/SUED, 2006.
- CARTILHA, **Diversidade Religiosa e Direitos Humanos**. Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Brasília. 2003
- CARVALHO, Rosita Edler. **Removendo Barreiras para a aprendizagem**. 4. ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 70, 75, 106, 111, 120, 174.
- CEPAC, Centro Paranaense de Cidadania. **Guia para educadores. Educação para a**

**diversidade: como discutir homossexualidade na escola?** Curitiba: Ciranda, 2006.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio: o mini-dicionário da língua portuguesa**. 6. ed. Rev. atualiz. Curitiba: Positivo, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Diversidade Cultural e Educação para Todos**. Juiz de Fora: Graal.1992. p. 21, 70.

GOMES, Luis Antonio. Divisões da Fé: as diferenças religiosas na escola. In:AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 116.

HADDAD, Fernando. **Inclusão**. Revista Educação Especial. Brasília, v. 4, n. 1, p. 4-6, jan./jun.2008.

HEERDT, Mauri Luiz, Coppi. Paulo de. **Como Educar Hoje? reflexões e propostas para uma educação integral**. São Paulo : Mundo e Missão,2003. p. 34,69,70,

\_\_\_\_\_. **Inclusão é o privilégio de conviver com as diferenças**. Revista Nova Escola. ed. 182. maio d 2005.

\_\_\_\_\_. **Não há mal que sempre dure**. [www.bancodeescola.com/mal.htm](http://www.bancodeescola.com/mal.htm) . acesso em 26/11/98. p. 2 15h00min.

\_\_\_\_\_. **O direito à diferença, na igualdade de direitos**. 2005. p. 18, 20. Mantoan – [www.sisnet.Aduaneiras.com.br](http://www.sisnet.Aduaneiras.com.br). acesso em 28/nov.2008. 13:50 h.

MONTEIRO, Mariângela da Silva. **Ressignificando a educação: a Educação Inclusiva para seres humanos especiais**. [www.tvebrasil.com.br](http://www.tvebrasil.com.br), 2001, p.1. 25/10/2008.

RIBEIRO, Matilde. **Apresentação das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-brasileira e Africana**. MEC/SEPPIR. Brasília. 2005.

ROSEMBERG, Fúlvia. Raça e desigualdade educacional no Brasil. . In:AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 84.

SILVA, Maria José Lopes. As exclusões e a educação. In: TRINDADE. Azoilda Loretto da , SANTOS. Rafael dos (orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 140.

SILVA, Maria José Lopes. As exclusões e a educação. In: TRINDADE. Azoilda Loretto da , SANTOS. Rafael dos (orgs.). **Multiculturalismo: mil e uma faces da Escola**. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002. p. 140.

VIANNA, Cláudia. RIDENTI. Sandra, Relações de Gênero e Escola: das diferenças ao preconceito. In: AQUINO, Julio Groppa (org.): **Diferenças e preconceito na escola: alternativas teóricas e práticas**. 4. ed. São Paulo: Summus Editorial, 1998. p. 102.

---

[1] Para saber mais, Leia: Candombá – Revista Virtual, v. 2, n. 2, p. 67–71, jul – dez 2006.

[2] Para saber mais leia: O computador na sociedade do conhecimento. Coleção Informática para a mudança na educação. MEC, Brasil.

[3] Para refletir sobre o assunto assista ao filme disponível em: [http://www.youtube.com/watch?v=2garWG\\_TV\\_c&feature=related](http://www.youtube.com/watch?v=2garWG_TV_c&feature=related)

[4] Aprofundando o conhecimento: Educação Especial: do querer ao fazer. Ribeiro, Baumel (Org). São Paulo: Avercamp, 2003.

[5] Para saber mais sobre o assunto, leia: PEREIRA, Anabela. Educação multicultural : Ed. Asa. 2004.

[6] Para saber mais: STAINBACK e STAINBACK, W. Inclusão: um guia para educadores. Porto Alegre: Artes Médicas. 1999.